

## Museus memoriais: a emergência de um novo modelo de museu<sup>1</sup>

Autora da Obra

**Amy Sodaro**

PhD em Sociologia pela New School for Social Research.  
Professora da Borough of Manhattan Community College, New York – EUA.  
Estados Unidos  
asodaro@bmcc.cuny.edu

Tradução

**Cristina Meneguello**

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.  
Professora da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.  
Brasil  
cmeneguello@gmail.com

**DOI: 10.5965/1984724620442019207**

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724620442019207>

---

<sup>1</sup> [Nota da tradutora] Este é o capítulo introdutório do livro *Exhibiting Atrocity: Memorial Museums and the Politics of Past Violence* [Expondo a atrocidade: museus memoriais e a política da violência do passado], da socióloga norte-americana Amy Sodaro. No livro, lançado pela Rutgers em 2018 (e disponível para consulta pela plataforma J-Stor), a autora reuniu e ampliou ensaios publicados anteriormente. Cada capítulo é dedicado a um memorial ou museu memorial: o Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos, a Casa do Terror (Budapeste, Hungria), o Memorial do Genocídio de Kigali (Ruanda), o Museu da Memória e dos Direitos Humanos (Chile) e o Memorial e Museu Nacional do 11 de Setembro (EUA). Amy Sodaro é doutora em sociologia pela New School for Social Research (Nova Iorque) e atualmente professora de sociologia no Borough of Manhattan Community College (City University de Nova Iorque). É coeditora das obras *Memory and the Future: Transnational Politics, Ethics and Culture* (Palgrave MacMillan, 2010) e *Museums and Sites of Persuasion: Politics, Memory and Human Rights* (Routledge, 2019). Optou-se na tradução por manter a expressão “museu memorial” distinta de “memorial”. Como se verá ao longo do texto, a autora considera os museus memoriais como nova forma expositiva que difere dos memoriais ou lugares de consciência. [Nota da editora] Para a publicação em forma de artigo de texto originalmente escrito como capítulo, foram excluídas as breves indicações feitas pela autora a outras partes do livro. Também foram acrescentadas, ao final, algumas referências bibliográficas que, informadas no corpo do texto, faltam à edição original, além de realizadas as devidas adaptações às normas de edição da revista.

Em Ggolo, Uganda, tiveram início as obras para um novo museu memorial, com foco no genocídio ocorrido em 1994, na vizinha Ruanda (MURAMIRA, 2016). Embora Ruanda possua um atuante programa de memorialização do genocídio, que inclui um museu memorial nacional, o museu ugandense será o primeiro de seu tipo fora de Ruanda, refletindo o desejo de que a memória e o conhecimento sobre o genocídio se estendam para além de fronteiras nacionais, assim como ocorreu com os corpos das vítimas do genocídio que, atirados nos rios ruandenses, chegaram até as margens do Lago Vitória, em Uganda. Em Phnom Penh, no Camboja, o Centro de Documentação do Camboja (DC-CAM), a mais importante organização a documentar e preservar a história do genocídio promovido pelo Khmer Vermelho, está criando o Instituto Sleuk Rith – um museu memorial, centro de documentação e *campus* para pesquisa, estudo e memória do genocídio cambojano – em um admirável edifício projetado por Zaha Hadid. Embora o Camboja seja pontilhado por dolorosos locais de detenção e massacre, nos quais ossos e outros resquícios da violência são mementos visíveis do genocídio, o Centro de Documentação do Camboja (DC-Cam) claramente acredita ser necessário suplementar esses sítios de memória e preservação de forma a garantir um espaço permanente e sólido para mobilizar a memória do sofrimento cambojano, para fins de educação no presente e no futuro. Em outro continente, há planos de renovar o Memorial 68 na Cidade do México, um pequeno museu que relembra o massacre, em 1968, de centenas de estudantes e outros civis pela polícia e exército. A proposta de renovação chega num momento em que os mexicanos clamam por justiça e reconhecimento como reação à violência política que tomou conta do país na última década. Guiada pela necessidade de conectar a violência política do passado à do presente, a renovação reflete a crença de que lembrar e compreender a violência passada é necessário para estancá-la no presente e impedi-la no futuro. Estes são apenas alguns exemplos de museus memoriais recentemente inaugurados, projetados ou renovados ao redor do mundo, que demonstram como o museu memorial estabeleceu a si mesmo como uma forma cultural por excelência com fins de rememorar e ensinar sobre a violência política do passado.

A proliferação global dos museus memoriais faz parte de um interesse recente e mais amplo pelo passado, que emergiu na segunda metade do século XX. Em conjunto a

esse interesse pela memória alteraram-se as formas pelas quais as sociedades se relacionam com o passado, indo de encará-lo como um simples antecedente de um futuro glorioso até uma ênfase em “ajustar contas” com a violência e a opressão. Como resposta a demandas políticas de um passado negativo, o modelo dos memoriais transformou-se, dirigindo-se ao passado de forma mais adequada, preservando a memória e aprendendo a partir dela. Ao longo do século XX, o paradigma da memorialização evoluiu e as novas formas culturais da rememoração diferenciaram-se das que marcaram a paisagem da memória em fins do século XIX - mementos triunfantes das glórias do Estado-Nação. Em seu lugar, esses novos memoriais visam lembrar e ensinar sobre os horrores dos conflitos, violência e genocídios passados, de modo a garantir que aquilo que uma sociedade gostaria de esquecer não o seja, jamais. De fato, tais lugares se tornam cada vez mais globais, tanto em termos de forma quanto de conteúdo.

A proposta aqui é traçar a emergência dos museus memoriais como novas formas comemorativas, que refletem esse novo imperativo de sociedades que se voltam para a violência passada e para o abuso dos direitos humanos. No entanto, as aparências podem enganar. Nas “missões e objetivos” dos museus memoriais residem algumas tensões fundamentais de nossos desejos e expectativas *vis-à-vis* os tempos passado, presente e futuro. Essas novas formas memoriais e as expectativas por memória ali contidas, não raro, estão em desacordo com a realidade do presente no qual foram criadas.

### Memória e os desafios da modernidade

Os museus memoriais fazem parte de um “boom de memória” mais amplo, que caracterizou as últimas décadas. Um interesse pela memória varreu a academia, com uma proliferação de livros, conferências, periódicos e centros de estudos focados no novo campo interdisciplinar dos estudos sobre memória. O mesmo interesse ocorreu na sociedade civil (com o surgimento de organizações não governamentais (ONGs) e outras instituições voltadas a confrontar a violência passada, concretizar a justiça transicional e celebrar o passado) e atravessa a cultura popular, na forma de museus e memoriais,

autobiografias e memórias, documentários, séries e programas televisivos com temas históricos. Os museus memoriais são uma das manifestações desse boom memorial extremamente popular. Em quase todos os locais em que tais museus são criados, logo se transformam em importantes destinações turísticas, o que demonstra que não apenas os acadêmicos, mas também o público em geral, se interessam pela memória da violência passada.<sup>2</sup>

Se é recente a memória como campo acadêmico e popular, o tema existe desde que o homem tornou-se consciente de si, ainda que geralmente entendido como tradição, patrimônio ou identidade. Com a teoria inovadora de Maurice Halbwachs sobre a memória social, em 1925, as visões tradicionais do passado como uma realidade existencial que reside dentro da memória individual e que molda o presente foram radicalmente desafiadas.<sup>3</sup> Halbwachs argumentou que a memória é adquirida, coletada e articulada somente dentro da sociedade e que, sem estruturas sociais tais como a linguagem, os indivíduos não seriam capazes de ter memória. Por isso, o passado é sempre reconstruído pelo e no presente e a memória é simplesmente “uma reconstrução do passado obtida com os dados emprestados do presente” (HALBWACHS, 1980, p. 69). Embora o trabalho de Halbwachs tenha permanecido parcialmente esquecido por muitos anos enquanto o mundo ocidental era abalado pela Segunda Guerra Mundial e suas consequências, seus conceitos de memória coletiva e do passado como uma construção social têm moldado amplamente os estudos sobre memória atuais. No entanto, Halbwachs nunca especificou seu conceito de memória coletiva e estava mais interessado nela enquanto uma experiência social cotidiana. Logo, talvez mais importante do que o aumento do interesse pela memória seja o foco na violência passada.

O foco atual no passado negativo tornou-se peça central de várias teorias sociológicas contemporâneas sobre memória coletiva que, juntas, criam uma demanda

---

<sup>2</sup> Uma rápida busca no site *TripAdvisor* indica que todos os museus desse tipo estão no topo da lista dos lugares visitados em suas cidades, com exceção da Casa do Terror em Budapeste que, ainda assim, está na listagem das “10 coisas a fazer em.”

<sup>3</sup> As teorias da psicanálise de Freud talvez sejam as que mais bem representem a crença de que o passado está sempre presente; como ele escreve, “na vida mental nada que uma vez se formou pode perecer” (FREUD, 1961, p. 16). Para Freud, o passado é uma realidade que molda o indivíduo no presente, noção desafiada pela teoria da construção social da memória de Halbwachs.

normativa por confrontar a violência política do passado como central na política nacional e internacional. Jeffrey Olick nomeou esse foco no negativo de “política do arrependimento” [*politics of regret*]. Observando a recente erupção de desculpas públicas, a propagação de reparações e o aparecimento de mecanismos que se dedicam a conflitos e atrocidades do passado – como as comissões da verdade –, Olick conclui que “o passado está na agenda pública como um passado terrível e repulsivo e não como a época dourada tão frequente no discurso público dos séculos passados” (OLICK, 2007, p. 121-22). John Torpey (2006; 2015), de modo semelhante, conceitua a “política de reparação” defendendo que políticas progressivas e orientadas ao futuro foram substituídas pelo esforço de “acertar as contas com o passado”.

Daniel Levy e Natan Sznaider (2006) vão além e afirmam que, se o foco no passado negativo iniciou com tentativas de ajustar contas com o Holocausto na Alemanha, nos Estados Unidos e em Israel, desde então ele evoluiu para uma “memória cosmopolita”, que cria uma “memória imperativa” transnacional e transcultural, moldando como os indivíduos, grupos e sociedades circundantes lembrarão seus próprios passados violentos (e os de outros). Segundo Levy e Sznaider (2006, p. 201),

O Holocausto estabeleceu parâmetros para desterritorializar regiões-memórias [*memoryscapes*] dentro da modernidade tardia, criando um modelo para autocrítica nacional que serve para promover os direitos humanos como um princípio legitimador na comunidade global, e claramente oferecendo um exemplo negativo para lidar com a alteridade.

O imperativo memorial criado pelo Holocausto traz uma série de expectativas normativas que, de forma cada vez mais global, moldam como as sociedades ao redor do mundo confrontam seus passados negativos. A memória compartilhada do Holocausto criou “um imperativo universal, tornando o tema dos direitos humanos universais politicamente relevante para todos que compartilham dessa nova forma de memória” (LEVY e SZNAIDER, 2006, p. 132).

A centralidade da memória focada na violência capturada por essas teorias é evidente em formas culturais tais como os museus memoriais e está profundamente ligada à emergência e ao crescimento global de um poderoso discurso sobre os direitos humanos, que hoje domina a política local e global. Na senda da violência da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e principiou a lançar as bases para um regime global de direitos humanos. A memória esteve no centro da promoção e defesa dos direitos humanos, em especial após atrocidades e violência em massa. Andreas Huyssen traça a história do entrelaçamento destes dois discursos por meio de alguns dos momentos-chaves do século XX: o despertar da consciência sobre as atrocidades da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, a queda do comunismo na União Soviética e na Europa Central e do Leste, o fim das ditaduras latino-americanas e do *Apartheid*, e as atrocidades e genocídios cometidos, ao final do século XX, na Iugoslávia e em Ruanda (HUYSEN, 2011, p. 610). Ao longo daquele século, emergiram e consolidaram-se o discurso dos direitos humanos e o da memória como formas paralelas para se dirigir às violações dos direitos humanos e impedi-las no futuro. Como argumenta Huyssen (2011, p. 621), “a força contínua das políticas de memória permanece essencial para assegurar os direitos humanos no futuro”.

Dois pressupostos sobre a obrigação ética e moral do lembrar estão no centro da conexão entre memória e direitos humanos e justificam a razão de ser dos museus memoriais. Ao primeiro, o filósofo Jeffrey Blustein (2008; 2015) se referiu como ética da memória, deontológica ou expressivista; ou seja, a ideia de que conhecer as violações aos direitos humanos e reconhecer as vítimas por meio da memória é moralmente a resposta correta e necessária à violência, independentemente dos resultados trazidos pelo relembrar. A memória tornou-se uma reivindicação para o reconhecimento de grupos que foram vitimizados, silenciados ou oprimidos e é, cada vez mais, considerada como um direito dos que sofreram no passado e uma obrigação por parte dos que não sofreram. A memória é, assim, considerada como curativa e restauradora de direitos desrespeitados. O segundo pressuposto conecta a memória de forma ainda mais sólida com os direitos humanos dentro do que podemos conceber como a função utilitária ou consequencial da memória: a memória da violência passada é considerada um dos mais eficientes antídotos

contra violências futuras. Segundo Blustein (2008, p. 262), “recordar as vítimas pode ser parte essencial do processo de construção e sustentação de estruturas políticas que impeçam o retorno dos erros do passado”. Confrontar o passado por meio da lembrança fornece a estrutura e os padrões para nossa compreensão dos direitos humanos, pela obrigação moral de lembrar deles, protegê-los e promovê-los. Decerto, ao mesmo tempo há a real possibilidade de que a “memória também venha a alimentar violações dos direitos humanos” (HUYSEN, 2011, p. 621). A história demonstrou como a memória foi mobilizada para incitar a violência de forma quase tão frequente quanto para impedi-la (BARKAN e BEĆIRBAŠIĆ, 2015; RIEFF, 2016).

Os museus memoriais, entretanto, assumem as funções positivas da memória. Neles é possível ver tanto a crença expressivista de que lembrar é bom e correto quanto a derivada obrigação de impedir violências futuras, reforçando uma cultura que respeite os direitos humanos. Nesse sentido, memória associa-se a democracia. Nas palavras de Barbara Misztal (2010, p. 29), parafraseando Adorno (1986),

Sem a memória, ou seja, sem examinar e refletir sobre os registros passados das instituições e das atividades públicas, não teremos defesas contra os perigos potenciais às estruturas democráticas nem a oportunidade de conhecer melhor o repertório de soluções possíveis.

A ampliação da democracia liberal e o fortalecimento de um regime global dos direitos humanos durante a segunda metade do século XX vieram acompanhados por novas demandas de populações antes marginalizadas ou silenciadas. A nova “história a partir de baixo” demonstrou que “focar na história da vida cotidiana, não surpreendentemente, trouxe para a luz a vitimização de amplos segmentos da humanidade, discriminados com base no gênero, na classe e na raça” (BARKAN, 2003, p. 101). O novo poder político das minorias e dos grupos marginalizados também significou uma nova validação pública para as vítimas de diferentes injustiças históricas. Se a força emergente das vítimas – que hoje cada vez mais “escrevem a história”, em suas demandas por reconhecimento e reparação – deve-se claramente à ênfase crescente nos direitos humanos no século XX, ela também aponta para a importante função da memória

e das identidades coletivas. Hoje, muitos grupos constroem suas identidades coletivas a partir de um passado compartilhado como vítimas, frequentemente sustentado pela problemática noção de que “vitimização equivale à virtude” (BARKAN e BEĆIRBAŠIĆ, 2015). Esse deslocamento do poder político e moral dos vencedores para as vítimas coloca o passado negativo no centro das preocupações. Do mesmo modo define, cada vez mais, as identidades coletivas e as relações e responsabilidades do presente em relação ao passado.

Em um século XX que criou tantas vítimas, não surpreende que a vitimização tenha se tornado uma importante ferramenta política, moral e social.<sup>4</sup> O número isolado de vítimas de violência política é estarrecedor (isso sem mencionar a violência estrutural): estimam-se 11 milhões no Holocausto, 20 milhões sob o comunismo soviético, 1,5 milhões no genocídio no Camboja, 800 mil no genocídio em Ruanda e assim por diante. Cerca de 187 milhões de pessoas foram mortas direta ou indiretamente pela guerra e pelo conflito no século XX (HOBBSAWM, 1994, p. 12). Abominações como escravidão, colonização, guerras e práticas violentas que precederam o século XX foram, não raro, até mais terríveis, mas foi a mobilização de novas tecnologias e poderosas ideologias que tornou as guerras e os genocídios do século XX particularmente destrutivos e, nas palavras de Hobsbawm (1994, p. 13), tão “assassinos”.

O dado mais assustador sobre os horrores do século XX é que os pilares da modernidade que pareciam mais sagrados – progresso, ciência, tecnologia – foram precisamente as armas que se voltaram contra as populações civis. Se a Primeira Guerra Mundial foi devastadora devido a novas tecnologias e armamentos que disseminaram uma destruição nunca antes imaginada, a Segunda Guerra Mundial, associada à ideologia letal e moderna que sustentou o projeto fascista, foi ainda mais devastadora, assassinando os princípios fundamentais da modernidade.<sup>5</sup> Ao mesmo tempo e de forma inédita, história e tecnologia tornaram os eventos acessíveis para o público global: não apenas as atrocidades estavam acontecendo, mas o estavam diante de nossos olhos.

---

<sup>4</sup> [Nota da tradutora] Observe-se que o termo “vitimização” no inglês original não possui conteúdo detratório, no sentido de “reivindicar um sofrimento ao qual não se faz jus”. O processo de vitimização é aquele no qual a vítima se reconhece enquanto tal, assim como reconhece a seus iguais.

<sup>5</sup> Zigmunt Bauman defende com afinco esse argumento em *Modernidade e Holocausto* (1989).



Conforme as tecnologias e as guerras tornaram-se mais mortais, a mídia e a informação tornaram-se mais presentes. Ainda que possamos querer esquecer os horrores daquele século sanguinário, nosso dilema moderno, a despeito de todos conhecimento e informação sobre o passado, é temer que ele caia no esquecimento.

O temor do esquecimento salienta a noção de Blustein da “obrigação moral do lembrar”. De muitos modos, lembrar parece ser a única coisa que temos a oferecer a milhares de vítimas. Geoffrey Hartman (1996, p. 103) escreve sobre o “impasse ético” que resulta de um excesso de informação, que “esvazia qualquer desculpa porque leva embora nossa ignorância, sem ao mesmo tempo nos dar poder para fazer algo a respeito”. Esse é, em parte, o desamparo moral face à tragédia que conduz nossa necessidade incessante de lembrar o passado negativo. Lembrar é tudo que podemos fazer. A obrigação moral de lembrar está no centro da teoria de Daniel Levy e Natan Sznaider do “imperativo memorial” cosmopolita moldado pelo Holocausto, na qual a demanda por lembrar e confrontar o passado não se dá só pelas vítimas, mas pela sociedade e seu futuro. Os autores não são os únicos a afirmar que o Holocausto determinou a maneira pela qual as sociedades se relacionam com o passado e forneceu as ferramentas e estrutura ética para confrontar e evitar a violência no futuro. O Holocausto e a Segunda Guerra Mundial, afinal, resultaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio de 1948, e os julgamentos de Nuremberg estabeleceram o padrão para uma justiça internacional que evoluiu ao longo da segunda metade do século XX, resultando no estabelecimento do Tribunal Penal Internacional, em 2003. Tais mecanismos para reconhecer e lidar com os ataques aos direitos humanos moldam a política nacional e internacional hoje, quando “acertar contas” com o passado negativo é visto como um “fenômeno transicional positivo”, ligado às normas democráticas liberais (CAIRNS, 2003, p. 66).

Essas normas que surgiram *vis-à-vis* a rememoração e a confrontação com a violência passada “viajaram” pelo mundo (ERLL, 2011), sugerindo a existência de uma cultura memorial cosmopolita ou transnacional que transcende as fronteiras nacionais e une pessoas e grupos de origens distintas. No campo dos estudos de memória, uma

tendência dominante nos últimos anos – que Astrid Erll (2011) denominou “terceira fase” – afastou-se do “nacionalismo metodológico” para focar no deslocamento da memória através de nações e culturas. Descrevendo-a como “memória viajante” [*travelling memory*] (ERLL, 2011), “memória transnacional” (DE CESARI e RIGNEY, 2014), “memória multidirecional” (ROTHBERG, 2009) ou “memória cosmopolita” (LEVY e SZNAIDER, [2006]), as teorias presumem que a memória – suas formas, seus conteúdos e modos – circula através e para além das fronteiras nacionais, produzindo uma nova forma de interconexão global.

[Esses] “processos transnacionais [da memória] podem abalar regimes de memória estabelecidos, especialmente aqueles sancionados pelo Estado-Nação, e podem envolver a produção de novas formas de lembrança, esquecimento e nostalgia, assim como as formas pelas quais diferentes atores escolhem lembrar [...] daí derivando novas formas de solidariedade e separação mediadas por processos memoriais” (INGLIS, 2016, p. 145).

Logo, nossa “moral desamparada” é transformada em um construto positivo para o presente e o futuro. Os princípios norteadores de nossa relação com o passado – arrependimento, responsabilidade e acerto de contas – são encarados como uma nova base, por meio da qual cidadãos cosmopolitas possam lidar com o passado negativo de um modo que transcenda o Estado-Nação ou outras narrativas hegemônicas do passado, rumo a um futuro melhor. Esse é exatamente o princípio que está por detrás da criação dos museus memoriais: a crença de que podemos aprender com erros passados para criar um futuro mais pacífico e democrático.

Entretanto, é claramente ingênuo supor que é possível aprender – ou que tenhamos aprendido – a partir do passado negativo, ou que a memória tenha se desnacionalizado ao ponto de ser democrática, inclusiva ou condutora de um futuro melhor. “Nunca mais” permanece um imperativo ético vazio em face de novas e mutáveis formas de violência política que ocorrem, sem cessar, pelo mundo. Como adverte Astrid Erll (2011, p. 15),

A circulação global de uma mídia mnemônica [...] pode de fato alterar a perspectiva de espectadores de outras partes do mundo, levando à empatia e a uma solidariedade transétnica. Mas, evidentemente, ela igualmente traz os maus usos, o sequestro e a distorção da memória transcultural.

Em alguns casos, a memória de um passado negativo pode ajudar a perpetuar a violência (como no Museu 9/11<sup>6</sup>; BARKAN e BEĆIRBAŠIĆ, 2015). Ou ainda, como no Centro Kigali,<sup>7</sup> onde a rememoração coletiva de passados negativos silencia narrativas e versões alternativas que acabam por desautorizar ainda mais certos grupos e indivíduos. Rememorar segundo o “imperativo memorial” presente e as “políticas de arrependimento” é, com frequência, apenas um modo de obter legitimidade política e apaziguar a comunidade internacional.<sup>8</sup> James Young (1993, p. 2) adverte que “as razões da memória nunca são puras”. Por mais tentador que seja imaginar que exista uma cultura memorial cosmopolita, com potencial para diminuir as distâncias e as diferenças e aproximar pessoas e grupos no mundo, esse pensamento desconsidera os motivos instrumentais e egoístas da rememoração coletiva da violência, especialmente quando corporificada em instituições e formas culturais criadas e administradas pelo Estado.

### Formas de rememoração

A ênfase no passado negativo levou ao surgimento de novos mecanismos para lidar com o passado e com suas vítimas e algozes, tais como as comissões da verdade e os programas de reparações. De fato, todo um novo campo de pesquisa e prática relacionado ao passado negativo – a justiça de transição – tomou forma e se expandiu

---

<sup>6</sup> [Nota da tradutora] O Museu e Memorial Nacional do 11 de setembro (Museu 9/11), projeto do arquiteto israelo-estadunidense Michael Arad inaugurado em 2011, situa-se no local onde estavam as Torres Gêmeas do World Trade Center, destruídas no ataque de 11 de setembro de 2001.

<sup>7</sup> [Nota da tradutora] O Centro Memorial do Genocídio de Kigali, na capital de Ruanda, associa os pavilhões de exposição e os arquivos do genocídio a um cemitério onde, desde 2001, estão enterrados os restos mortais de cerca de 250 mil vítimas do genocídio tutsi, ocorrido em 1994.

<sup>8</sup> Esse é um argumento muito bem ilustrado por Elazar Barkan and Belma Bećirbašić em seu trabalho sobre a antiga Iugoslávia (2015).

pelo mundo. Isso alterou as formas culturais de nossas memórias e comemorações. Em resposta às muitas dificuldades que o passado trouxe para o presente, as formas comemorativas se modificaram conforme as sociedades buscaram modos apropriados para lembrar. O processo de memorialização tornou-se, ele próprio, tema de estudos acadêmicos e de investigação prática; debates sobre o modo correto de lembrar o passado e novas organizações atuantes no campo da memorialização – numa espécie de regime memorial internacional – buscam cultivar práticas de rememoração mais efetivas. A cada vez mais, os memoriais e outras formas comemorativas são considerados como parte integral do “kit de ferramentas” da justiça de transição.<sup>9</sup>

Os monumentos do século XIX e do início do XX foram erigidos pelo Estado-Nação como partes integrantes daquilo que Benedict Anderson (1991) chamou de “nacionalismo oficial”. Eram símbolos celebrativos e triunfais do passado da Nação, construídos para memorializar os heróis nacionais e para impor um sentido de história, compartilhada para uma população sendo consolidada em torno da ideia de nação. As formas comemorativas eram concebidas para condensar as lições morais (positivas) trazidas pelo passado, unindo as pontas soltas para que o presente pudesse transitar com segurança pela estrada do progresso (SAVAGE, 1999). Como os monumentos e memoriais dessa era foram pensados para celebrar e inculcar um senso unificado de uma grande história, os temas difíceis ou controversos foram evitados. Como advertira Renan (1882), o esquecimento é “fator crucial para a criação da Nação”, ela mesma um projeto voltado ao futuro.

Os regimes totalitários do século XX lançaram mão de formas memoriais hegemônicas e monolíticas semelhantes para empregar o passado para fins presentes e futuros: figuras imponentes, grandes arcos e pilares arquitetônicos, retratos dos heróis da ideologia vigente. O comunismo, em especial, criou milhares de monumentos a si mesmo enquanto ideologia, ao mesmo tempo em que apagava e reescrevia o passado de acordo com suas necessidades. Tanto no fascismo como no comunismo a tentativa de

---

<sup>9</sup> O Centro Internacional de Justiça de Transição, a principal organização nessa área, definiu o campo e os estudos acadêmicos do tema. Em seu site, lista os pilares da justiça de transição ou transicional: processos penais, comissões da verdade, projetos de reparação (material e simbólica), justiça de gênero, reforma do sistema de segurança e esforços de memorialização. (ICTJ, 2011).

apagar completamente a memória das vítimas foi central. As ideologias totalitárias do século XX manipularam o passado e as formas memoriais a tal nível que, após sua queda, antigas formas comemorativas não puderam mais ser legitimamente utilizadas por governos e regimes que desejassem fazer parte da esfera política liberal-democrática (YOUNG, 2005). A fé na modernidade e na marcha do progresso foi irremediavelmente abalada; e as formas tradicionais de comemoração não eram mais adequadas para se dirigir a um passado negativo definido pelo arrependimento político.

As formas pelas quais a memória é incorporada são, portanto, importantes na formatação da memória coletiva e de seu significado. Robin Wagner-Pacifci escreveu sobre as formas culturais da memória coletiva, afirmando que “o significado nasce e é sustentado por uma interação dinâmica entre o conteúdo dos eventos históricos e as formas de memória coletiva disponíveis para a preservação e o registro público” (1996, p. 301). Assim, o passado é uma realidade existencial e seu significado coletivo e cultural é formado pelos eventos passados incorporados pelas formas culturais. No entanto, alguns eventos desafiam “a adequação das formas disponíveis para eventos históricos específicos” (WAGNER-PACIFICI, 1996, p. 305). Esses “casos-limite” necessitam de novas formas culturais, aptas a lembrar passados difíceis. O Holocausto é um desses eventos. A Guerra do Vietnã é outro. O trabalho de Wagner-Pacifci sobre a forma e o gênero [dos monumentos] é bem ilustrado por sua pesquisa junto a Barry Schwartz sobre o Memorial aos Veteranos da Guerra do Vietnã – um memorial que traz um “problema de gênero”, pois deve celebrar uma guerra que os Estados Unidos não venceram (WAGNER-PACIFICI e SCHWARTZ, 1991). Ainda assim, o memorial de Maya Lin<sup>10</sup> traz o desafio e o paradigma de uma nova forma comemorativa: recordar com ambivalência, permitindo interpretações múltiplas e versões alternativas, encorajando a participação e a interação com o memorial e com a memória. O memorial dos Veteranos do Vietnã é visto por muitos como um dos primeiros exemplos da “virada da memorialização” que ocorreu na segunda metade do

---

<sup>10</sup> [Nota da tradutora] A arquiteta Maya Lin, então com 21 anos de idade e ainda estudante de arquitetura, venceu o concurso arquitetônico para o Monumento aos Veteranos do Vietnã em 1981. Seu projeto, que havia recebido nota B em aula na Universidade de Yale, onde ela cursava a graduação, foi selecionado dentre mais de 1.026 propostas. O projeto, construído em Washington, em 1982, consiste de uma parede de granito negro em formato de “V”, com os nomes dos 58 mil americanos desaparecidos na Guerra do Vietnã, em ordem cronológica de desaparecimento.

século XX, emergindo junto à política do arrependimento (YOUNG, 2005). No seu rasto, um novo conjunto de práticas e princípios para a memorialização se desenvolveu, ultrapassando a ambivalência e a dúvida presentes no memorial do Vietnã, buscando ativamente utilizar o passado na promoção dos direitos humanos, da democracia, da reconciliação e da paz.

Em todo o mundo, em especial nos países e sociedades emergindo de conflitos, os memoriais são cada vez mais usados em paralelo a outros mecanismos da justiça de transição – como comissões da verdade, julgamentos e processos de reparação –, constituindo mecanismos centrais para lidar com a violência do passado, as atrocidades e as violações de direitos humanos (BICKFORD e SODARO, 2010). São formas de reparação simbólica que podem ser usadas em situações nas quais medidas de justiça de transição mais contundentes não são possíveis. Do mesmo modo, são símbolos construídos por governos e outros grupos para reconhecer vitimização e erros passados. Enraizados na ideia de que lembrar o passado cura, demonstram arrependimento por um passado negativo e atroz e prometem um futuro melhor desde que aprendidas as lições desse passado; tentam ser a “memória imperativa” de Levy e Sznajder construída em pedra, num esforço para ganhar legitimação nacional e internacionalmente. Ainda que existam muitos exemplos ao redor do mundo, os museus memoriais estão entre as mais proeminentes novas formas comemorativas atuando para construir uma cultura democrática e de paz.

### Museus memoriais como uma nova forma comemorativa

Os museus memoriais encarnam esse novo *ethos* para lidar com o passado. O próprio conceito de museu memorial implica que um memorial não é suficiente para abordar plenamente o passado e que a forma museal é necessária. Os memoriais podem criar espaços solenes para a recordação (Memorial dos Veteranos do Vietnã); criar sítios ativos para a memória participativa – como o Monumento Contra o Fascismo, em Hamburgo, Alemanha, que convidou os visitantes a registrarem suas mensagens enquanto o monumento lentamente desaparecia no solo (STURKEN, 1997; YOUNG,

2005); ou espaços desafiadores abertos à interpretação ou à reflexão, como o Memorial aos Judeus Mortos da Europa, em Berlim<sup>11</sup> (por ex., DEKEL, 2013). Mas os museus têm a força da história a seu favor. Não apenas podem coletar e expor os vestígios físicos do passado, preservando-os para a posteridade, mas também podem narrar a história do passado, compartilhando conhecimento e compreensão. Ainda que utilizem a cultura material do passado, frequentemente os museus memoriais não se localizam nos locais de atrocidade. Mesmo os museus memoriais construídos nos locais históricos das atrocidades – como a Casa do Terror<sup>12</sup> ou o Museu 9/11 – projetam-se para além da mera preservação do lugar como evidência do acontecido. Por meio de espaços construídos e de sofisticados projetos arquitetônicos e expositivos, buscam ser espaços universais nos quais as implicações e reverberações mais amplas do passado podem ser exploradas. Eles não são, assim, locais históricos, museus ou memoriais, mas museus memoriais.

Serem “museus” é importante para sua atuação e para seu *status* social privilegiado. Espaços para educação e preservação, os museus têm papéis importantes na sociedade: são espaços onde um “ritual de cidadania” é encenado e onde indivíduos aprendem o que significa fazer parte de um grupo ou nação (DUNCAN, 1991). Eles são “complexos expositivos” nos quais a sociedade aprende a autorregulação e a disciplina (BENNETT, 1999). São espaços públicos vitais para a construção e fomento das identidades de comunidades e nações (KARP, 1992). E talvez, mais importante, possuem uma “função legitimadora” (HUYSEN, 1995, p. 16). São dotados de autoridade e considerados como fontes confiáveis de informação<sup>13</sup>. Ou seja, os museus memoriais capitalizam todas as funções museais.

---

<sup>11</sup> [Nota da tradutora] O Monumento Contra o Fascismo (Jochen Gerz e Esther Shalev-Gerz), em Hamburgo, consistiu de uma coluna de aço galvanizado coberta de chumbo, na qual as pessoas podiam escrever para deixar seus protestos contra o fascismo. Concebido para lentamente “afundar” no solo até desaparecer (entre 1986 e 1996), como metáfora do esquecimento, o monumento hoje consiste de um quadrado ao rés do chão. Já o Memorial aos Judeus Mortos da Europa, também conhecido como Memorial do Holocausto, é o celebrado projeto de Peter Eisenman em Berlim, um jardim de blocos de pedra inaugurado em 2005.

<sup>12</sup> Inaugurada em 2002, a Casa do Terror, em Budapeste, Hungria, é um museu e memorial que ocupa o mesmo edifício onde foram interrogadas, torturadas e mortas as vítimas primeiramente do regime nazista e, a partir de 1945, do regime soviético.

<sup>13</sup> Muitas pesquisas sobre os visitantes a museus norte-americanos indicam que a grande maioria dos entrevistados considerava os museus como uma das fontes mais confiáveis de informação histórica – até mais do que os livros (ver, por exemplo, GRIFFITHS e KING, 2008). Recentemente, mesmo com a

No entanto, o que os separa dos museus de história do século XIX, que serviram a funções similares, é fornecerem um novo tipo de engajamento interativo com o passado, constituindo uma nova categoria de museu “experencial”<sup>14</sup>. Os museus, ao transformaram-se de modo a atrair a nossa sociedade saturada pela mídia – especialmente as jovens gerações – tornaram-se eles próprios uma forma de mídia de massas, inclinando-se rumo a uma sociedade que busca, cada vez mais, o que Andreas Huyssen denominou de “experiências enfáticas e iluminação instantânea” (1995, p. 14). Museus experienciais estão mais preocupados em ensinar e criar uma experiência para o visitante do que com as tradicionais funções museológicas de coletar e exibir. Em vez de simplesmente contarem uma história sobre o passado, os museus memoriais e experienciais almejam que o visitante os “experiencie”. Conduzidos pela narrativa ou por um conceito, como a história do Holocausto ou o conceito de direitos humanos, os museus experienciais utilizam *displays* interativos e multimídia para atrair o visitante para dentro da história que estão narrando, dando-lhes um papel ativo para se identificarem com os personagens narrados. As histórias que narram são mais importantes que os objetos que possuem e exibem, mesmo se os artefatos e vestígios materiais forem essenciais para infundir autenticidade e impacto emocional.

Os museus memoriais lançam mão de muitas estratégias e tropos expositivos para criar envolvimento experiencial e interativo com o passado. Quase sempre usam um percurso controlado, o que implica que o visitante seja levado, desde o início, a percorrer a exposição, que se revela a ele segundo a intenção do projeto expositivo; há poucas ou discretas chances de sair, ao longo do percurso. A história do passado é geralmente contada de modo cronológico, por meio de textos, fotografias, artefatos e trechos de filmes documentários que detalham ricamente a crônica histórica, narrada de modo aparentemente completo para os visitantes, que podem não conhecê-la de antemão.

---

diminuição da confiança do público norte-americano em certas esferas como a política e a mídia, pesquisa da *Reach Advisors*, com 7 mil participantes, indicou que os museus atingiram o índice de 6.4 numa escala de 1 a 10 para “confiabilidade”, número superior à Rádio Nacional americana (NPR) e à Wikipedia (REACH ADVISORS, 2015).

<sup>14</sup> Jeshajahu Weinberg, ex-diretor do Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos, escreveu sobre o que o diferenciava de outros museus de história, ressaltando que seu ponto de partida não é a coleção, mas a história do Holocausto. É, segundo ele, “uma tentativa de historiografia visual [...] um museu narrativo” (1994). Prefiro, porém, o termo “experencial”, que melhor captura a essência dos museus memoriais.



Muitos dos museus memoriais incluem elementos interativos, como telas digitais, fones de ouvidos ou caixas de som parabólicas<sup>15</sup>, que permitem ao visitante criar sua própria experiência dentro de um *script* narrativo determinado. Ecoando a descrença atual nas formas memoriais tradicionais e nas narrativas históricas, os museus memoriais buscam criar uma experiência mais subjetiva e individualizada para seus visitantes.

Além da história, narrada por meio de textos, fotos e artefatos, os museus memoriais utilizam outras técnicas para tornar o passado mais visceral e presente: eles dependem do afeto e da emoção para atingir seus visitantes. A iluminação e a arquitetura criam espaços de claustrofobia ou revelação; ambientes opressores e efeitos sonoros (música, testemunhos, discursos históricos e comícios políticos) auxiliam a moldar a “experiência” do passado. Espaços são reconstruídos – como vagões de gado, campos de concentração e guetos do Holocausto, ou celas de tortura utilizadas para prisioneiros políticos pelas polícias secretas comunistas ou governos militares –, e os visitantes são encorajados a entrar nesses espaços para sentirem, por si mesmos, o sofrimento das vítimas. Encorajando a identificação e a empatia, a ênfase da exposição recai nas vítimas e nos sobreviventes individuais: fotografias, nomes, objetos pessoais como roupas, sapatos, documentos de identidade e outras posses, enquanto vídeos e áudios com testemunhos de sobreviventes ajudam a tornar vítimas individuais reais e presentes para os visitantes, numa experiência visceral e imediata. Um dos mais notáveis aspectos dos museus memoriais é serem instituições totalmente voltadas para as vítimas, nas quais o indivíduo está no centro da memória do passado negativo, conforme a posição central das vítimas nas atuais políticas de arrependimento. Estes museus também compartilham de uma série de elementos, como chamas sempre acesas, paredes com nomes e esculturas ou obras de arte de caráter memorial, para garantir que todas as funções comemorativas sejam cumpridas. Esses elementos, juntos, fazem do museu memorial uma nova forma cultural, com a função de fornecer ao visitante uma experiência intensa, afetiva e emocional que o ajude a identificar e sentir empatia pelas vítimas e que o eduque moralmente para evitar a violência, a repressão e o ódio. Todos esses tropos

---

<sup>15</sup> Caixas de som [*speakers*] parabólicas são capazes de focar com precisão o som, de modo que um visitante posicionado abaixo ou diante delas possa ser a única pessoa capaz de ouvir o som emitido.

encontráveis em museus ao redor do mundo refletem as maneiras pelas quais “formas e práticas da memória” circulam e “viajam [...] através de fronteiras sociais, linguísticas e políticas” (ERLL, 2011, p. 11).

Assim, os museus memoriais tentam criar no visitante o que Alison Landsberg (2004, p. 2) denominou “memória protética”: uma “memória pessoal e profunda de um evento passado que não se viveu”. Se os museus históricos compartilham conhecimento sobre o passado, os museus memoriais usam técnicas experienciais para levar seus visitantes a sentirem que tiveram uma experiência pessoal do passado que moldará sua sensibilidade moral presente. A memória protética cria a empatia porque coloca os indivíduos no lugar dos outros que experienciaram os eventos traumáticos. Para Landsberg, a memória protética “tem a capacidade de moldar a política e a subjetividade da pessoa” baseada na empatia e na compreensão do outro, e no compromisso com um novo tipo de engajamento político ético (2004, p. 2). Nesse aspecto, distanciam-se dos museus e memoriais tradicionais e são um produto da tecnologia e da mídia da era em que vivemos. São formas de cultura de massas que visam criar uma memória protética nos visitantes, que eticamente transforme o indivíduo e internalize as mensagens morais do museu.

Os museus memoriais, colocando em evidência as limitações das formas tradicionais de rememoração, preenchem uma ampla variedade de funções comemorativas. São, simultaneamente, vastos arquivos de conhecimento histórico, de guarda de artefatos, documentos, fotografias e filmes; espaços memoriais voltados à memória das vítimas; viagens emocionais projetadas para recriar a experiência do passado para o visitante, nos termos da memória protética; e instituições educacionais que buscam ensinar o visitante sobre o passado, nele inculcando o imperativo moral do “nunca mais”. Muitos têm escopos amplos que vão para além das exposições, buscando um papel ativo junto às comunidades locais, nacionais e globais: coletam e arquivam testemunhos de sobreviventes; promovem novos conhecimentos e pesquisas; oferecem treinamento a professores e conferências para disseminar conhecimento e compreensão sobre o passado; trabalham junto a governos e ONGS para educar contra a violência e a atrocidade. Assim, atraem milhões de visitantes todos os anos, tornando-se centros

culturais cada vez mais visíveis e importantes no local em que são construídos. Devido a esse amplo escopo de funções, acabam por atrair públicos amplos e heterogêneos, transformando-se em locais para o debate público sobre o passado, o presente e o futuro. Nas palavras de Silke Arnold-de-Simine (2013, p. 8), o museu memorial tornou-se uma espécie de “panaceia” que “promete oferecer perspectivas inclusivas e democráticas para os passados difíceis, preservar a memória coletiva de uma geração de testemunhos de primeira mão e canalizar debates públicos, além de regenerar áreas urbanas e rurais”.

Podemos presumir que, na velocidade em que se reproduzem pelo mundo, os museus memoriais serão altamente efetivos em preencher essas funções e reconciliar-se com o passado difícil. Podem ser iniciativas nacionais sofisticadas como o Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos (*United States Holocaust Memorial Museum - USHMM*), em Washington, ou projetos pequenos e locais como o Museu do Distrito Seis (*District Six Museum*), que relembra a remoção forçada de milhares de pessoas de suas casas no bairro do Distrito Seis, na cidade do Cabo, África do Sul. Proliferaram na Europa do Leste e Central para lembrar as vítimas do fascismo e do comunismo nos países bálticos, Polônia, Hungria, República Tcheca, antiga Alemanha Oriental e Geórgia, além de projetos para outros mais na região. Eles transformaram lugares de detenção – de Phnom Penh, no Camboja, a Rosário, na Argentina – em lugares de memória e aprendizagem. Os museus memoriais relembram o genocídio em Ruanda e na Armênia, a destruição nuclear promovida pelos Estados Unidos no Japão e o envenenamento por gás dos curdos ordenado por Saddam Hussein em Halabja, Curdistão. Estão literalmente surgindo em todo o mundo e sua proliferação implica que qualquer país emergindo de um passado difícil necessita desse mecanismo, se desejar ser um ator político legítimo na cena internacional (ocidental e liberal).

## Conclusão

Das ruínas do violento século XX emergiram os memoriais que, na clave do arrependimento, admitem o que há de negativo e odioso no passado. Os museus

memoriais são uma tentativa particular de atribuir, aos visitantes, responsabilidade – se não pelo passado, ao menos pelo futuro – e empatia por outros seres humanos. São tentativas de compensar os erros graves do passado do único modo possível: são “promessas” arendtianas para o futuro, feitas pelas sociedades de forma a garantir que nunca sejam permitidas a violência e a atrocidade. Como descrito por Hannah Arendt (1958, p. 244), a promessa é uma forma de contrato social que nos permite viver juntos no mundo. Não podemos desfazer ações cometidas, mas prometer não ferir novamente, no futuro. Logo, as nações e grupos que constroem museus memoriais buscam demonstrar para o restante do mundo e para suas próprias populações seu compromisso com um futuro diferente. Se não podem desfazer o que se passou “nas ‘trevas do coração de cada homem’” (ARENDR, 1958, p. 244), os museus memoriais podem tentar criar um novo contrato com seu povo, com a humanidade e com as futuras gerações, de que tais atos não serão permitidos no futuro. Visam ser uma “consciência protética” de toda a sociedade. Esse é um compromisso enorme por parte desses museus, fundado na ideia de que a legitimação política depende da reconciliação com o passado. Nações e grupos que construíram suas promessas para o futuro demonstram para a comunidade internacional sua aderência presente e futura a padrões internacionais, normas universais de direitos humanos e valores democráticos.

Mas o que nos diz sobre a nossa relação com o passado acreditarmos que a construção de um museu memorial possa servir como promessa de que a violência não será tolerada no futuro? Demonstra que os criadores desses museus – contrariamente a Halbwachs – aceitam a noção de que o passado existe e pode ensinar. O pressuposto é que, ao revelar, exibir e narrar a “verdade” sobre o que aconteceu no passado, algo será aprendido no presente, que formatará um futuro melhor. Mas esses museus são criados no e pelo presente, frequentemente com motivos políticos profundos que desenham o passado conforme o narram, desmentindo a noção de uma verdade existencial do passado.

Revela-se uma tensão fundamental em nossa relação com o passado que está presente em muito do que produzimos recentemente sobre a memória: de um lado, temos um ceticismo pós-moderno em relação aos conceitos modernos que

decepcionaram a sociedade no violento século XX. As crenças modernas sobre o progresso, a objetividade da história ou a verdade foram abaladas pela derrota da modernidade e por suas sombrias ideologias, deixando-nos numa relação de rancor com o passado a partir do qual nascem os museus memoriais. O que uma vez foi um (glorioso) futuro era um modo social e político de ordenar e orientar o mundo e o passado era tão somente tradição incorporada à vida cotidiana. Hoje o futuro permanece incerto e o passado torna-se um território para encenar e ordenar a política e a vida. Os museus memoriais são, assim, centrais ao ordenamento de nosso mundo *vis-à-vis* o passado.

Por outro lado, os esforços ativos dos museus memoriais e de outros mecanismos da justiça de transição demonstram que continuamos a carregar uma visão muito moderna de que o progresso é possível. Nas palavras de Levy e Sznajder (2010, p. 7), os mecanismos contemporâneos para lidar com o passado buscam “continuar o projeto da modernidade ao reter algumas de suas questões normativas por uma vida melhor e mais justa”. A ideia de que aprender as lições do passado nos auxiliará a evitar os mesmos erros no futuro é um dos fundamentos da criação dos museus memoriais mas, ironicamente, está enraizada na otimista crença moderna de que, por meio do conhecimento e da educação, os males da sociedade podem ser corrigidos, prevenidos e até mesmo erradicados.<sup>16</sup> Desse modo, esses museus pós-modernos são construídos sobre os princípios modernos da evitabilidade dos males sociais que continuam a organizar a nossa relação com o passado.

Um olhar mais próximo aos museus memoriais – por que e como são concebidos e criados, como exibem e narram o passado e quais os papéis que buscam ter nas sociedades – lança luzes a essa tensão fundamental interna aos estudos da memória e à prática de como – e se – a “verdade” do passado nos é acessível e útil hoje. Revela o potencial e os limites de nossos pressupostos atuais sobre o passado. Violência, atrocidade e genocídio continuam a devastar o mundo, a despeito de nossos intensos

---

<sup>16</sup> Thomas Cushman (2003) traz esse excelente argumento quando estuda o campo emergente dos “estudos sobre genocídio”: acredita-se que estudar os genocídios pode impedi-los, mas o próprio genocídio está enraizado nas ideias modernas de que a sociedade pode ser aperfeiçoada. Para ser perpetrado, o genocídio fundamenta-se nos instrumentos da modernidade, o que põe a em xeque a ideia de que a educação pode evitá-lo.

esforços de rememoração. Logo, precisamos compreender não apenas o que está por detrás da necessidade urgente de lembrar, mas, especialmente, os limites da memória em evitar a violência, promover a democracia e prometer a paz.

## Referências

ADORNO, Theodor W. What Does Coming to Terms with the Past Mean?. Trad. T. Bahti e G. Hartma. In: HARTMAN, G. (Ed.) **Bitburg in Moral and Political Perspective**. Bloomington: Indiana University Press, 1986. p. 114-129.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. New York: Verso, 1991.

ARENDT, Hannah. **The Human Condition**. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

ARNOLD-DE-SIMINE, Silke. **Mediating Memory in the Museum: Trauma, Empathy, Nostalgia**. London: Palgrave MacMillan, 2013.

BARKAN, Elazar. Restitution and Amending Historical Injustices in International Morality. In: TORPEY, John C. (Ed.). **Politics and the Past: On Repairing Historical Injustices**. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2003. p. 91-102.

BARKAN, Elazar, BEĆIRBAŠIĆ, Belma. The Politics of Memory, Victimization, and Activism in Post-conflict Bosnia and Herzegovina. In: NEUMANN, Klaus, THOMPSON, Janna (Ed.). **Historical Justice and Memory**. Madison: University of Wisconsin Press, 2015. p. 95-113.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernity and the Holocaust**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1989.

BENNETT, Tony. The Exhibitionary Complex. In: BOSWELL, David, EVANS, Jessica (Ed.). **Representing the Nation: A Reader**. New York: Routledge, 1999.

BICKFORD, Louis, SODARO, Amy. Remembering Yesterday to Protect Tomorrow: The Internationalization of a New Commemorative Paradigm. In: GUTMAN, Yifat, BROWN, Adam, SODARO, Amy (Ed.). **Memory and the Future: Transnational Politics, Ethics, and Society**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

BLUSTEIN, Jeffrey. **The Moral Demands of Memory**. New York: Cambridge University Press, 2008.

———. *How the Past Matters: On the Foundations of an Ethics of Remembrance*. In: NEUMANN, Klaus, THOMPSON, Janna (Ed.). **Historical Justice and Memory**. Madison: University of Wisconsin Press, 2015. p. 74-92.

CAIRNS, Alan. *Coming to Terms with the Past*. In: TORPEY, John (Ed.). **Politics and the Past: On Repairing Historical Injustices**. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2003. p. 63-90.

CUSHMAN, Thomas. *Is Genocide Preventable? Some Theoretical Considerations*. **Journal of Genocide Research**, v.5, n.4, p. 523-542, 2003.

DE CESARI, Chiara, RIGNEY, Ann. **Transnational Memory: Circulation, Articulation, Scales**. Berlin: De Gruyter, 2014.

DEKEL, Irit. **Mediation at the Holocaust Memorial in Berlin**. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

DUNCAN, Carol. *The Art Museum as a Ritual of Citizenship*. In: KARP, Ivan, LAVINE, Steven D. (Ed.) **Exhibiting Cultures: The Poetics and Politics of Museum Display**. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1991. p. 88-103.

ERLL, Astrid. *Travelling Memory*. **Parallax**, v.17, n. 4, p. 4-18, 2011.

FREUD, Sigmund. **Civilization and Its Discontents**. New York: W. W. Norton, 1961.

GRIFFITHS, José-Marie; KING, Donald W. **InterConnections - The IMLS National Study on the Use of Libraries, Museums and the Internet: Museum Survey Results**. [Washington, DC]: Institute of Museum and Library Services, 2008. Disponível em: <http://www.interconnectionsreport.org/reports/IMLSMusRpt20080312kjm.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

HALBWACHS, Maurice. **The Collective Memory**. Translated by Francis Ditter Jr. and Vida Yazdi Ditter. New York: Harper and Row, 1980.

HARTMAN, Geoffrey. **The Longest Shadow: In the Aftermath of the Holocaust**. Bloomington: Indiana University Press, 1996.

HOBSBAWM, Eric. **The Age of Extremes: A History of the World, 1914–1991**. New York: Vintage, 1994.

HUYSSSEN, Andreas. **Twilight Memories: Marking Time in a Culture of Amnesia**. New York: Routledge, 1995.

———. International Human Rights and the Politics of Memory: Limits and Challenges. **Criticism**, v. 53, n. 4, p. 607-624, 2011.

ICTJ - THE INTERNATIONAL CENTRE FOR TRANSITIONAL JUSTICE [Sítio eletrônico]. Disponível em: <http://ictj.org/en/tj/#1>. Acesso em: 4 fev. 2011.

INGLIS, David. Globalization and/of Memory: On the Complexification and Contestation of Memory Cultures and Practices. In: TOTA, Anna Lisa, HAGEN, Trever (Ed.). **Routledge International Handbook of Memory Studies**. New York: Routledge, 2016. p. 143-157.

KARP, Ivan. Introduction. In: KARP, Ivan, KREAMER, Christine Mullen, LAVINE, Steven D. (Ed.). **Museums and Communities: The Politics of Public Culture**. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1992. p. 1-18.

LANDSBERG, Alison. **Prosthetic Memory: The Transformation of American Memory in the Age of Mass Culture**. New York: Columbia University Press, 2004.

LEVY, Daniel, SZNAIDER, Natan. **The Holocaust and Memory in the Global Age**. Philadelphia: Temple University Press, 2006.

———. **Human Rights and Memory**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2010.

MISZTAL, Barbara A. Collective Memory in a Global Age: Learning How and What to Remember. **Current Sociology**, v. 58, n. 1, p. 24-44, jan. 2010.

MURAMIRA, Gashegu. Construction of Genocide Museum Begins in Uganda. **New Times**, 10 abr. 2016. Acesso em: 27 jan. 2017. Disponível em: <http://www.newtimes.co.rw/section/article/2016-04-10/198833/>.

OLICK, Jeffrey K. **The Politics of Regret: On Collective Memory and Historical Responsibility**. New York: Routledge, 2007.

REACH ADVISORS. Museums and Trust. **Museums R+D Monthly Memo**, v. 1, n. 8, June 2015.

RENAN, Ernst. 1882. "What Is a Nation?" Lecture delivered at the Sorbonne. Disponível em: [http://ucparis.fr/files/9313/6549/9943/What\\_is\\_a\\_Nation.pdf](http://ucparis.fr/files/9313/6549/9943/What_is_a_Nation.pdf)

RIEFF, David. **In Praise of Forgetting: Historical Memory and Its Ironies**. New Haven, CT: Yale University Press, 2016.



ROTHBERG, Michael. **Multidirectional Memory**: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization. Stanford, CA: Stanford University Press, 2009.

SAVAGE, Kirk. The Past in the Present. **Harvard Design Magazine**, n. 9, Fall, 1999. Acesso em: 8 abr. 2011. Disponível em: <http://www.gsd.harvard.edu/research/publications/hdm/back/9savage.html>.

STURKEN, Marita. **Tangled Memories**: The Vietnam War, the AIDS Epidemic, and the Politics of Remembering. Los Angeles: University of California Press, 1997.

TORPEY, John. **Making Whole What Has Been Smashed**: On Reparations Politics. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006.

———. The Political Field of Reparations. In: NEUMANN, Klaus; THOMPSON, Janna (Ed.). **Historical Justice and Memory**. Madison: University of Wisconsin Press, 2015. p. 63-73.

WAGNER-PACIFICI, Robin. Memories in the Making: The Shape of Things That Went. **Qualitative Sociology**, v. 19, n. 3, p. 301-321, 1996.

WAGNER-PACIFICI, Robin, SCHWARTZ, Barry. The Vietnam Veterans Memorial: Commemorating a Difficult Past. **American Journal of Sociology**, v. 97, n. 2, p. 376-420, 1991.

WEINBERG, Jeshajahu. Address at Conference of the Annual Association of American Museums, Seattle, 1994. United States Holocaust Memorial Museum Archive.

YOUNG, James E. **The Texture of Memory**: Holocaust Memorials and Meaning. New Haven, CT: Yale University Press, 1993.

———. **At Memory's Edge**: After-Images of the Holocaust in Contemporary Art and Architecture. New Haven, CT: Yale University Press, 2005.

Recebida em: 02/12/2019

Aprovada em: 19/12/2019

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
**Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED**

Revista *PerCursos*

Volume 20 - Número 44 - Ano 2019

[revistapercursos@gmail.com](mailto:revistapercursos@gmail.com)